



Índice

- 01** Famílias da Terra Indígena Maró fazem acampamento contra derrubada de árvores
- 02** Índios acusados de 3 mortes no AM serão transferidos para base da Funai
- 03** Governo tenta restringir consulta prévia da usina São Luiz do Tapajós. MPF aponta desobediência à ordem judicial
- 04** Lideranças do povo Munduruku emitem comunicado ao governo sobre demarcação da Sawré Muybu
- 05** Justiça do AM autoriza índios presos por 3 mortes a participarem de rituais na tribo
- 06** Juiz Dois índios suspeitos de triplo homicídio liberados para festas
- 07** Encontro entre índios e maracatu registrado em fotos
- 08** Índios Guarani esperam há quatro anos pelo fim da demarcação em Palhoça
- 09** Coisa de índio
- 10** Índios e agricultores se enfrentaram por causa de desmatamento em Guaíra
- 11** Índios ajudam a frear aquecimento global, aponta relatório
- 12** Mundurukus vão demarcar sua terra
- 13** Além da falta de terra, os Guarany Kaiowá enfrentam também escassez de água
- 14** Brasil: 'desespero' Guarani após assassinato de líder
- 15** Comunidade Quilombola do Tambor é ameaçada de remoção do território tradicional no Amazonas



- 16** São Paulo reconhece mais quatro quilombos no interior
- 17** Inimputáveis: Justiça concede liberdade a indígenas que cometeram triplo assassinato no Amazonas
- 18** Norte Energia sinaliza terras indígenas das rotas Xingu e Iriri
- 19** MPF processa prefeitura que deixou 600 indígenas fora da escola em MS.
- 20** Debate aponta para necessidade de ações para promover saúde dos povos indígenas
- 21** Vereador Dário Ramires busca melhorias para Te'yi'kuê
- 22** Saúde indígena será tema de debate hoje em comissão
- 23** Guerrilheiros das Farc matam índios e atacam oleoduto na Colômbia
- 24** Museu lança livro com tema indígena
- 25** Projeto baiano se destaca entre vencedores do Prêmio Finep
- 26** Povo Mamaindê protesta contra mortes nas aldeias por desassistência da Sesai e se diz contra criação do INSI
- 27** Líder indígena é assassinada após participar de protesto no STF
- 28** Indígena acusada de bruxaria é queimada viva no Paraguai
- 29** Quilombos de Alagoas entra em cartaz na Estação Ferroviária de Maceió
- 30** Sebastião Salgado diz que se 'sentiu natureza' em expedições fotográficas



Famílias da Terra Indígena Maró fazem acampamento contra derrubada de árvores
SÍTIO CIMI, 05.11.2014

Cerca de 30 famílias das etnias Borari e Arapium da Terra Indígena (TI) Maró, município de Santarém (PA), estão acampadas há cerca de cinco dias em área que está sendo desmatada por madeireiros. A ocupação retoma uma parte da TI que havia sido apropriada pela fazenda Curitiba. A ação é organizada em resposta ao corte de 15 árvores na TI, todas de alto valor comercial, como maçaranduba, jatobá, ipê, amarelão, itauba, uxi e pequiá. Os indígenas trancaram a estrada que corta o território tradicional e serve de via de transporte ilegal de toras.

O corte foi feito em área pleiteada por Celso José Hoffman, que conseguiu Autorizações para Exploração Florestal (AUTEF 2974/2014) via Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). Pelo menos 50% do Projeto de Manejo do madeireiro está dentro da TI, o que é juridicamente ilegal, por ser violação ao direitos garantidos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O processo de demarcação da Terra Indígena ainda está em andamento e o mapa do território foi publicado em 2011 no Diário Oficial, sendo, portanto, disponível a todos os órgãos ambientais.

Pedro Martins, assessor jurídico da Terra de Direitos que acompanha do caso, aponta que a SEMA autorizou mais de 10 explorações florestais desde 2007 na área indígena. "Os órgãos ambientais insistem na desconsideração dos direitos indígenas sob o pretexto de a área não estar demarcada, o que não se sustenta no ordenamento jurídico que abarcou a Convenção 169 da OIT."

No dia 31 de outubro, os madeireiros que atuam na região não compareceram a uma reunião marcada com lideranças indígenas. A conversa foi reagendada para o dia 1º de novembro, mas os empresários novamente faltaram. A partir de mensagem enviada pelos empresários, o encontro foi remarcado para esta quarta-feira (5). O caso já foi denunciado pela Terra de Direitos à Fundação Nacional do Índio (Funai), ao Ministério Público Estadual (MPE) e ao Ministério Público Federal (MPF). Até o momento, não houve resposta. A Terra de Direitos também vai entrar com representação no MPE e MPF contra as madeiras.

"O nosso objetivo não é negociação de madeira", afirma o cacique Dadá Borari. A reivindicação da comunidade é por indenização pelos danos causados na área e por danos morais. Os indígenas requerem o cancelamento do Plano de Manejo e paralisação imediata da exploração de madeira dentro da Terra Indígena.

As lideranças cobram um posicionamento do poder público em favor da preservação da floresta e das comunidades. "Já denunciamos isso há muito tempo, e até hoje nós não tivemos uma

CONT.



resposta. Até hoje continua do mesmo jeito, tirando sete, depois tiram 15 [árvores], e vão roubando toda a riqueza dos meus netos e dos meus filhos”, lamenta. Higino Borari, primeiro Cacique da Aldeia Novo Lugar. “Aqui é meu pão de cada dia”, completa o indígena.

Para a população Borari e Arapium, a derrubada das árvores é uma agressão ao modo de vida, por se tratar de espécies que contribuem para a medicina tradicional e para a sobrevivência dos animais, base da alimentação das famílias. Edith Borari utiliza plantas medicinais nativas. “Eu que trabalho com medicina tradicional preciso dos nossos remédios, que temos aí na natureza”.

Edith faz um apelo aos órgãos competentes para que resolvam o conflito. “Antes estavam ao redor da nossa área, agora estão dentro, estão desmatando [...]. Nós queremos apoio para a demarcação da nossa área. Já chega da gente estar sofrendo”.

A convivência do próprio Estado na exploração indevida de madeira na região ocorre também em outros casos, com autorizações de Planos de Manejo que afetam diretamente os costumes e a sobrevivência das etnias indígenas. Atuam na região as empresas Rondobel Ltda, Grupo Mundo Verde, ARCA Indústria e Madeira Ltda (com sede em Tomé Açu/PA), além do madeireiro Marco Schmidt.

Na rota da devastação

O território da Terra Indígena Maró está cravado em uma região de alto potencial de recursos naturais e pela diversidade de povos tradicionais. Mede 42.373 hectares, derivados de terras devolutas de competência do estado do Pará. A área reúne cerca de 250 habitantes em três aldeias: Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III.

Ameaças

Enquanto o reconhecimento como Território Indígena não se concretiza, as tensões sociais só aumentam com invasores, fazendeiros e madeireiros. Lideranças comunitárias vivem sob ameaça de morte e sofrem violações de direitos humanos fundamentais por defenderem a preservação da floresta.

Em novembro de 2009, uma mobilização comunitária reteve e queimou duas balsas carregadas de madeira com indícios de irregularidade. Em decorrência da ação, o cacique Dadá Borari passou a sofrer ameaças de morte e atualmente vive sob proteção policial e com acompanhamento do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos da Presidência da República.



Índios acusados de 3 mortes no AM serão transferidos para base da Funai

SÍTIO GLOBO.COM, 05.11.2014

Ministério Público considera que governo quer restringir direito à consulta prévia, previsto na Convenção 169 da OIT



Ao pedir uma suspensão de segurança no Superior Tribunal de Justiça para prosseguir com os estudos da obra da usina São Luiz do Tapajós, o governo foi surpreendido porque a decisão do Ministro Félix Fischer liberou os estudos, mas obrigou a realização da consulta.

Em seu despacho o Ministro afirmou:

“O que não se mostra possível, no meu entender, é dar início à execução do empreendimento sem que as comunidades envolvidas se manifestem e componham o processo participativo com suas considerações a respeito de empreendimento que poderá afetá-las diretamente. Em outras palavras, não poderá o Poder Público finalizar o processo de licenciamento ambiental sem cumprir os requisitos previstos na Convenção nº 169 da OIT, em especial a realização de consultas prévias às comunidades indígenas e tribais eventualmente afetadas pelo empreendimento”

Mesmo assim, no mês passado, o governo brasileiro chegou a agendar o leilão da usina para o próximo dia 15 de dezembro. Depois, diante da pressão dos próprios atingidos, voltou atrás e desmarcou o leilão.

Para o MPF, as comunidades tradicionais também devem ser consultadas já que estão lá há gerações. No entanto, o governo não considera a possibilidade de consultá-los. Quem explica a situação aos ouvintes do Amazônia Brasileira nesta quinta-feira (6) é Procurador do Ministério Público Federal no Pará, Felício Pontes.

Em carta aberta divulgada pelos Muduruku, documento também enviado ao governo e ao MPF, os índios reclamam que a reunião sobre a consulta prevista para essa semana (4 e 5 de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2014

Brasília, 6 de novembro de 2014.

novembro) teve o local modificado pelo governo em cima da hora, o que impossibilitaria a participação das comunidades, que não teriam como se locomover até o novo local em tempo hábil. Isso sem falar na logística e nos custos da viagem.

O Ministério Público fez nova manifestação no processo, pedindo a realização da "consulta" imediatamente, já que o governo dá o empreendimento como consolidado e requer a inclusão das comunidades ribeirinhas, os chamados "Beiradeiros" na oitiva.

O programa Amazônia Brasileira vai ao ar de segunda a sexta-feira a partir das 08h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A apresentação é de Beth Begonha.



Governo tenta restringir consulta prévia da usina São Luiz do Tapajós. MPF aponta desobediência à ordem judicial
SÍTIO RÁDIOS EBC, 05.11.2014

O Ministério Público Federal se manifestou no processo que trata da consulta prévia, livre e informada da usina São Luiz do Tapajós, que o governo brasileiro quer construir na região de Itaituba, sudoeste do Pará, pedindo que o direito da consulta seja respeitado para todos os povos afetados. O governo brasileiro está tentando restringir o direito da consulta, sustentando nos autos que a consulta só precisa ser feita com algumas aldeias do povo Munduruku, excluindo índios da mesma etnia e ribeirinhos que serão impactados no alto curso do rio Tapajós.

O direito da consulta prévia está previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, e nunca foi cumprido pelo governo federal nas usinas hidrelétricas que constrói na Amazônia. No caso da usina São Luiz do Tapajós, ao pedir uma suspensão de segurança no Superior Tribunal de Justiça para prosseguir com os estudos da obra, o governo foi surpreendido porque a decisão do ministro Félix Fischer liberou os estudos, mas obrigou a realização da consulta.

“O que não se mostra possível, no meu entender, é dar início à execução do empreendimento sem que as comunidades envolvidas se manifestem e componham o processo participativo com suas considerações a respeito de empreendimento que poderá afetá-las diretamente. Em outras palavras, não poderá o Poder Público finalizar o processo de licenciamento ambiental sem cumprir os requisitos previstos na Convenção nº 169 da OIT, em especial a realização de consultas prévias às comunidades indígenas e tribais eventualmente afetadas pelo empreendimento”, diz a decisão do então presidente do STJ.

Mesmo assim, no mês passado, o governo brasileiro chegou a agendar o leilão da usina para o próximo dia 15 de dezembro. Depois, diante da pressão dos próprios atingidos, voltou atrás e desmarcou o leilão. Mas, no processo judicial, a União e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente continuam insistindo em restringir e negar o direito de consulta a boa parte dos atingidos, alegando que a Convenção 169 não foi regulamentada e que populações ribeirinhas não podem ser consideradas tribais.

Em reunião com os atingidos recentemente, Nilton Tubino, da Secretaria-Geral da Presidência da República, avisou que as populações tradicionais do rio Tapajós não serão consultadas. “O que a gente tá discutindo é fazer um processo de informação lá com Mangabal, mas que não seria consulta. No entendimento do governo federal hoje, nessa fase aí, quem é ouvido na 169 são indígenas e quilombolas. Isso já tem referências. Comunidades tradicionais ainda não se chegou a esse acordo dentro do governo, como vão ser consultadas e em que estágio vão ser consultadas”

CONT.



[Veja o vídeo da reunião com Nilton Tubino](#)

“Beiradeiros, ribeirinhos e agroextrativistas são tão sujeitos de direitos da Convenção 169 quanto os indígenas e devem ter direito a uma consulta apropriada. Afirmar o contrário é mais uma vez incidir num discurso hegemônico, em que os diferentes modos de viver e se relacionar com a floresta são desconsiderados”, diz a manifestação enviada à Justiça Federal de Santarém, assinada pelo procurador da República Camões Boaventura.

“É com muita perplexidade que o MPF avalia a defesa do Ibama. Esquece a autarquia que a Convenção 169 já foi reconhecida pelo STF como uma norma de status supralegal e goza de eficácia plena e imediata no ordenamento jurídico brasileiro, independentemente, portanto, de regulamentação”, diz a manifestação do MPF em resposta ao governo brasileiro. Para o MPF, a melhor solução para se identificar a forma apropriada de se realizar a consulta é fazer com que cada povo ou comunidade tradicional explicita, por meio oral ou escrito, a depender de sua forma de organização, como deseja ser consultado.

Os ribeirinhos conhecidos como beiradeiros, da comunidade Montanha-Mangabal, no alto Tapajós, diretamente afetados pela usina e a quem o governo brasileiro se recusa a consultar, elaboraram, com apoio do MPF, o seu próprio protocolo de consulta. Eles deixam claro seu intento de serem consultados nos termos da Convenção 169.

“Nós queremos ser consultados todos juntos, porque todo mundo aqui sabe de alguma coisa e luta por um só ideal. O governo não pode consultar famílias separadamente. Nunca nos sentimos à vontade com as conversas em separado feitas por representantes do governo ou de empresas. Sabemos que nossos direitos não são favores. Por isso, não adianta o governo nos prometer nada em troca de aceitarmos sua proposta. O governo também não pode nos consultar quando já tiver tomado uma decisão: temos direito à consulta prévia”, dizem os beiradeiros no protocolo.

Veja o protocolo de consulta de Montanha-Mangabal

O direito dos beiradeiros, apesar das tentativas do governo de ignorá-los está assegurado não só na Convenção e expresso no protocolo, como foi afirmado pela ordem do ministro Félix Fischer, do STJ. “Entendo que, para se dar fiel cumprimento aos dispositivos da Convenção, o governo federal deverá promover a participação de todas as comunidades, sejam elas indígenas ou tribais, a teor do seu art. 1º, que podem ser afetadas com a implantação do empreendimento, não podendo ser concedida a licença ambiental antes da sua oitiva”, diz a decisão, de 18 de abril de 2013.

Os beiradeiros indicam que devem ser consultados, além de Montanha-Mangabal, as comunidades de Mamãe-Anã, Penedo, Curuçá, Pimental, São Luiz e Vila Rayol, e as aldeias como a do Chico Índio e a de Terra Preta (da etnia Apiaká). Para o MPF, o governo ignora a noção correta de bacia hidrográfica, ao limitar apenas a um trecho do rio e a alguns moradores o direito de consulta.

CONT.



O MPF quer que a Justiça expressamente determine, novamente, que “deverão ser consultadas de forma livre, prévia e informada todas as comunidades tradicionais (sejam elas indígenas ou tribais) situadas na bacia hidrográfica em que se pretende a construção da UHE São Luiz do Tapajós, nos termos da Convenção 169/OIT, em especial aquelas situadas nos denominados cursos alto, médio e baixo do rio Tapajós.”

Boa-fé e má-fé

Não são apenas os ribeirinhos e beiradeiros que o governo tenta excluir do direito de consulta. Os próprios Munduruku vêm acusando o governo de tentar dividi-los, programando reuniões que excluem os caciques das aldeias e garantem a participação apenas de vereadores e indígenas do médio Tapajós. Em carta enviada ontem ao governo e também ao MPF, índios Munduruku reclamam que a reunião sobre a consulta prevista para essa semana (4 e 5 de novembro) teve o local modificado pelo governo em cima da hora.

“Além disso, o governo se negou a dar a quantidade de gasolina que pedimos para garantir a ida de nossos parentes que moram mais longe de Jacareacanga. Acreditamos que é responsabilidade do governo garantir o transporte dos Munduruku do alto e médio Tapajós tanto por água e por terra até o local da reunião, mas o mesmo se nega a garantir recursos dizendo que o custo é muito alto.”

“O governo brasileiro age como a sucuri gigante, que vai apertando devagar, querendo que a gente não tenha mais força e morra sem ar. Vai prometendo, vai mentindo, vai enganando”, diz a carta. No processo judicial da consulta, os advogados da União tentam usar as dificuldades do processo de consulta, muitas vezes causadas pelo próprio governo, como justificativa para não realizar nenhuma consulta, sob a alegação de que os Munduruku se recusam ao diálogo. Para o MPF, é uma tentativa clara de “falsear a verdade” depois de tantas e seguidas violações do direito de consulta por parte do governo contra os Munduruku e índios de toda a bacia amazônica.

O MPF lembra que a consulta realizada pelo governo só ocorre em consequência de decisão judicial e que incomoda justamente aos Munduruku por não ser prévia, como exige a Convenção 169, uma vez que a decisão governamental de construir a usina já está consolidada.

“Não há limites para o perfil violador de direitos indígenas básicos daqueles que figuram no pólo passivo desta Ação e de outros interessados na construção da usina. Vigora para as rés (União, Aneel e Ibama) a máxima de que os 'fins justificam os meios'! Os fins, na hipótese, são a implantação do Complexo Hidrelétrico ora em comento e o “agrado” aos interesses econômicos que alimentam as campanhas políticas”, arremata a manifestação do MPF.

[Veja a manifestação do MPF](#)

Processo nº 3883-98.2012.4.01.3902



Lideranças do povo Munduruku emitem comunicado ao governo sobre demarcação da Sawré Muybu

SÍTIO PRAVDA.RU, 05.11.2014

COMUNICADO AO GOVERNO BRASILEIRO

Nós, povo Munduruku, aprendemos com nossos ancestrais que devemos ser fortes como a grande onça pintada e nossa palavra deve ser como o rio, que corre sempre na mesma direção. O que nós falamos vale mais que qualquer papel assinado. Assim vivemos há muitos séculos nesta terra.

O governo brasileiro age como a sucuri gigante, que vai apertando devagar, querendo que a gente não tenha mais força e morra sem ar. Vai prometendo, vai mentindo, vai enganando.

Abaixo destacamos alguns pontos que mostram a má fé do Governo com o povo Munduruku:

Desde janeiro de 2001 o governo promete que vai fazer a demarcação da terra indígena Sawré Muybu. No ano passado toda a documentação para homologação e registro de nossa terra já estava pronta. Em setembro de 2013 o Relatório para delimitação foi concluído, mas não foi publicado. O Ministério Público Federal teve que entrar com ação obrigando a FUNAI a publicar o relatório, o que não fez até agora.

O governo não quer fazer demarcação porque isso vai impedir as hidrelétricas que eles querem fazer em nosso rio, chamadas de São Luiz do Tapajós e Jatobá. Já que o governo não quer fazer a demarcação, decidimos que nós mesmos vamos fazer. Começamos a fazer a autodemarcação e só vamos parar quando concluir nosso trabalho.

Assim como não quer fazer a autodemarcação, o Governo age de má fé quando impõe sua agenda sem deixar espaço para nós ao menos indicar o local de reunião, como acontece agora com a reunião de 5 e 6 de novembro.

Nós decidimos que a reunião seria realizada na Aldeia Sai Cinza, o que foi acordado na oficina de capacitação que ocorreu na Aldeia do Mangue nos dias 28 e 29 de outubro de 2014 e está registrado em ata. Passamos o mês todo em articulação para que as lideranças e os caciques pudessem participar dessa reunião tão importante que será discutida como queremos ser consultados. O Governo mudou o local da reunião em cima da hora, faltando dois dias para ela acontecer. Agora não temos tempo nem condições de rearticular a mudança da reunião para o médio Tapajós.

Além disso, o Governo se negou a dar a quantidade de gasolina que pedimos para garantir a ida de nossos parentes que moram mais longe de Jacareacanga. Acreditamos que é

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2014

Brasília, 6 de novembro de 2014.

responsabilidade do governo garantir o transporte dos Munduruku do Alto e Médio Tapajós tanto por água e por terra até o local da reunião, mas o mesmo se nega a garantir recursos dizendo que o custo é muito alto.

Queremos dizer ao governo que não precisa ter medo em vir nas Aldeias Munduruku, pois será muito bem tratado como foi o Nilton Tubino na Aldeia Sawré Muybu no dia 25 a 27 de agosto do deste ano. Queremos lembrar que é o próprio Governo que nos mete medo com sua força, a exemplo do que aconteceu com a operação eldorado na Aldeia Teles Pires que levou a óbito o nosso parente Adenilson Kirixi e a invasão da Aldeia Sawré Muybu pela Força Nacional em Março de 2013.

Queremos dizer também que estamos juntos, parentes do alto e baixo, lutando para a demarcação da terra indígena Daje Kapap Eipi, conhecida pelos pariwat como Sawré Muybu. Esse trabalho agora é prioridade para nós. Decidimos que os Munduruku que fazem parte do Movimento Munduruku Ipereg Agu, do alto Tapajós, e Associação Pahyhyp, do médio Tapajós, não vamos participar da reunião com o governo nos dias 05 e 06 de novembro. E só voltaremos a falar com o governo depois que a terra indígena Sawré Muybu for demarcada e homologada.

Jacareacanga e Itaituba, 03 de novembro de 2014

Roseninho Saw Munduruku – Associação Pahyhyp

Maria Leuza Cosme Kaba Munduruku – Movimento Munduruku Ipereg Agu

Arlindo KKaba

Francisco Waro Munduruku

Adalto Jair Akay Munduruku

José Manhuari Crixí – Tesoureiro Ass. Pusuru

Josias Manhuari Munduruku



Justiça do AM autoriza índios presos por 3 mortes a participarem de rituais na tribo
SÍTIO JORNAL BRASIL ON LINE, 05.11.2014

Eles participarão de dois rituais na tribo; Funai deve fazer escolta dos presos. Festa escolhe sucessor de cacique cuja morte pode ter motivado homicídios.

A Justiça do Amazonas autorizou dois dos cinco índios da etnia Tenharim, que estão presos pela suspeita do assassinato de três homens em Humaitá, a participarem de duas festas indígenas. Os índios integram o grupo apontado como autor do triplo homicídio na Rodovia Transamazônica (BR-230), em dezembro de 2013.

Os índios Tenharim foram presos no dia 30 de janeiro deste ano e desde setembro eram mantidos detidos na delegacia de Lábrea, 702 km de distância de Manaus. Nesta terça-feira (4), foi determinado que eles deverão ser transferidos para a base Hi-Merimã da Fundação Nacional do Índio (Funai). A base fica em área de difícil acesso na região de Lábrea.

Ainda na mesma decisão, o juiz Jeferson Galvão de Melo, titular da 1ª Vara, que responde pela 2ª Vara da Comarca de Humaitá, onde a ação criminal tramita, autorizou a liberação de dois índios que estão presos para participar de festas tradicionais indígenas: Mbodawa e ritual de escolha do cacique sucessor.

O magistrado explicou que ausência dos representantes nas festas é considerada prejudicial às tradições da etnia. "Na Mbodawa é renovada a proteção espiritual de todo o povo. Quando não é realizada essa festa, eles entendem que os integrantes daquela nação indígena ficam com os espíritos desprotegidos e podem ser castigados espiritualmente. Essa festa é muito importante para o povo indígena e por isso autorizei", justificou o juiz.

Ainda foi autorizada a liberação de dois índios para o ritual que define a escolha no sucesso do cacique Ivan Tenharim, que foi encontrado morto no dia 2 de dezembro de 2013. Entre os presos, dois são filhos do líder indígena morto. "Também autorizei que eles participem da festa de sucessão do cacique morto. Eles serão escoltados pela Funai. Sempre tem o risco deles fugirem, mas não temos como deixar eles não participarem das festas. Há um prejuízo muito grande para cultura deles", comentou o juiz Jeferson Galvão.

As duas cerimônias religiosas indígenas devem ocorrer ainda neste mês de novembro, na reserva indígena Tenharim, situada em Humaitá.

Entenda o caso

O vendedor Luciano Freire, o professor Stef Pinheiro de Souza e o funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013. As

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2014

Brasília, 6 de novembro de 2014.

investigações apontam que as três vítimas foram assassinadas a tiros no dia 16 de dezembro de 2013, ainda dentro do veículo no qual seguiam em viagem pela Rodovia Transamazônica (BR-230) com destino ao município de Apuí. Conforme a denúncia, os corpos foram ocultados e encontrados durante uma operação de buscas pela área da Transamazônica somente no dia 3 de fevereiro de 2014.

A suspeita é de que os crimes tenham sido resposta à morte do cacique Ivan Tenharim. No inquérito, de acordo com o representante das famílias das vítimas, consta que os assassinatos foram definidos em uma pajelança – ritual místico realizado por um pajé indígena. A defesa dos índios presos apontou supostas fragilidades da investigação desempenhada pela Superintendência da Polícia Federal em Rondônia. Os advogados dos indígenas alegam que as ameaças de morte supostamente recebidas por uma das vítimas não teriam sido apuradas.

Por: Adneison Severiano

Fonte: G1

Juiz Dois índios suspeitos de triplo homicídio liberados para festas

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, 05.11.2014

Dois dos cinco índios da etnia Tenharim, presos pela suspeita do assassinato de três homens, foram autorizados pela Justiça a participar de duas festas indígenas.



A Justiça de Amazonas autorizou dois dos cinco índios detidos, por suspeita de um triplo homicídio em Humaitá, a participarem de duas festas indígenas.

De acordo com o G1, o magistrado explicou que ausência dos representantes nas festas é considerada prejudicial às tradições da etnia. "Na Mbodawa é renovada a proteção espiritual de todo o povo. Quando não é realizada essa festa, eles entendem que os integrantes daquela nação indígena ficam com os espíritos desprotegidos e podem ser castigados espiritualmente. Essa festa é muito importante para o povo indígena e por isso autorizei", justificou o juiz.

No dia 16 de dezembro de 2013, o vendedor Luciano Freire, o professor Stef Pinheiro de Souza e o funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador desapareceram.

Investigações concluíram que as três vítimas foram assassinadas dentro do veículo que seguiam na Rodovia Transamazônica (BR-230) com destino ao município de Apuí.

A suspeita é de que os crimes tenham sido resposta à morte do cacique Ivan Tenharim.



Encontro entre índios e maracatu registrado em fotos

SÍTIO DOURADOS AGORA, 05.11.2014

'Índios e Caboclos: Reencontros' retrata duas comunidades rurais do Nordeste

Duas comunidades rurais de Pernambuco são retratadas no livro fotográfico *Índios e Caboclos: Reencontros*. O povo indígena Kapinawá, de Buíque, e o Maracatu de Baque Solto Leão Africano, de Nazaré da Mata, são registrados pelos fotógrafos Mateus Sá e Guga Soares.

O trabalho foi realizado em dois encontros no mês de julho de 2013. Primeiro os Kapinawá receberam em Buíque, sua terra sagrada, os brincantes do Maracatu Leão Africano. Em seguida, os brincantes do Maracatu receberam em seu terreiro, em Nazaré da Mata, o povo Kapinawáem.

A falta de conexão entre os dois povos, que carregam traços parecidos entre si, foi um dos motivos que deu início ao projeto. Além disso, o trabalho promoveu um reconhecimento mútuo entre os membros, ajudando a fortalecer laços culturais e o legado indígena brasileiro.

Em *Índios e Caboclos: Reencontros* é possível encontrar o resultado desta troca de experiências e de saberes entre povos geograficamente afastados. O projeto foi concebido, coordenado e produzido pela O Norte - Oficina de Criação, com projeto gráfico de Cintia Viana, e textos de Bruno Lima, Chico Rocha, Lula Marcondes e Caroline Leal, também responsável pela consultoria em antropologia.

A publicação custa R\$ 50 e pode ser encontrada na Livraria Jaqueira (rua Antenor Navarro, 138) e na Estação 4 Cantos (Rua Prudente de Moraes, 440), no Sítio Histórico de Olinda.



Índios Guarani esperam há quatro anos pelo fim da demarcação em Palhoça SÍTIO TUDO SOBRE FLORIPA, 05.11.2013

Mesmo garantida pela Constituição, demarcação enfrenta resistência e preconceito

Os cerca de 126 indígenas da tribo Guarani que vivem na Aldeia do Morro dos Cavalos esperam há quatro anos pela conclusão da demarcação dos 1988 hectares de terra destinada a eles pelo Governo Federal. Enquanto o processo não termina, os índios só podem ocupar parte do terreno.

Eleita no ano passado para representar a tribo junto à Funai, a cacique Eunice Antunes comanda uma escola que funciona logo na entrada da aldeia, e também um Posto de saúde e uma casa de artesanato. Na escola, a comunidade se reúne, usa o telefone e promove atividades pedagógicas destinadas às crianças e aos jovens do ensino fundamental e médio. Acima, subindo pelo caminho de chão batido, fica a casa de reza, a Opy, onde são praticados os cultos religiosos.

Eunice explica que os antepassados indígenas caminhavam por toda a extensão do litoral carregando o fogo e a água sagrados. Uma característica dos Guarani são seus movimentos migratórios, em busca da terra sem mal, Yvy Mara'ey. O Morro dos Cavalos era um ponto de parada para o fortalecimento das chamas. Relatos históricos apontam sobre a presença indígena na região há muitos anos. Alguns Guarani mais velhos recordam de terem vivido no local quando Getúlio Vargas era presidente da República.

Eunice nasceu no Oeste do Estado. Ela também fez várias caminhadas antes de chegar à aldeia do Morro dos Cavalos, onde mora agora. No próximo ano, ela se formará na primeira turma do Curso de Licenciatura Intercultural dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), iniciado em fevereiro de 2011.

A cacique estava à frente das discussões sobre a duplicação da BR-101 em encontro que reuniu, em março deste ano, Ministério Público Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Funai e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, no Ministério da Justiça, em Brasília. O evento intermediado pelo ministro José Eduardo Cardozo acordou o início das obras da quarta faixa da rodovia mediante a garantia dada pelo ministro de pagamento das indenizações para as famílias que devem desocupar o território indígena.

Para Eunice, as reivindicações continuam as mesmas. No entanto, a quarta pista que está sendo construída deve ser uma medida paliativa e não definitiva.

- Tanto o Tribunal de Contas da União quanto os indígenas defendem a construção de dois túneis, como alternativa que contemple meio ambiente, aspecto econômico e direito indígena -, explicou.

CONT.



Essa disputa se estende desde 1993, quando a Fundação Nacional do Índio (Funai) constituiu um grupo de trabalho (GT) de identificação e delimitação de terras coordenado pelo antropólogo Wagner de Oliveira. A identificação foi rejeitada pelas lideranças indígenas e precisou ser submetida a algumas alterações, de modo a garantir o direito de maior participação da comunidade indígena na sua elaboração.

A recusa fez com que a Funai constituísse também um novo GT, desta vez sob a responsabilidade da antropóloga Maria Inês Ladeira. O estudo antropológico, arqueológico e topográfico foi concluído, aprovado pela Fundação e publicado no Diário Oficial da União em 18 de dezembro de 2002. Nessa mesma época, foi finalizado o estudo de impacto socioambiental da duplicação da BR-101, coordenado pela antropóloga Maria Dorothea Post Darella.

A legitimidade da demarcação foi contestada diversas vezes entre 2002 e 2013, através de petições e ações populares que questionam a validade do relatório aprovado e pedem a anulação da portaria. Em 2009, um empresário da área de maricultura chamado Alexandre Augusto de Barros Palpites abriu uma ação popular ainda não julgada contra a demarcação. O documento alega que a demarcação é ilegal e que a Funai, com auxílio de ONGs e antropólogos, teria trazido índios de fora da região para ocupar o Morro dos Cavalos. Os opositores, organizados pelos conselhos comunitários e organizações de bairros do entorno da área demarcada (Enseada do Brito, Maciambú Pequeno e Araçatuba) organizaram protestos, chegando a ocupar a sede da Funai em Palhoça e a fechar a rodovia BR-101.

A Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina também se manifestaram contrários à demarcação, sob argumento de que ela estaria incluindo áreas do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Setores da mídia também se posicionaram contra as demarcações. Em 2007, a revista Veja publicou matéria intitulada *Made in Paraguay* escrita por José Edward. O texto afirmava que a Funai "tenta demarcar área de Santa Catarina para índios paraguaios, enquanto os do Brasil morrem de fome." Jornalistas de Florianópolis, como o apresentador Walter Souza, da Rádio Guarujá, também têm se manifestado contrários à demarcação, alegando que nossos índios são "paraguaios".

Para Eunice, a opinião ignora questões antropológicas envolvendo o povo indígena. Ela lembra que a população Guarani ultrapassa 100 mil pessoas em cinco países da América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Eles têm um entendimento sobre território que difere do usual nas sociedades ocidentais: ou seja, na visão Guarani, há um só território.

No livro *Etnohistória, História Indígena e Educação*, lançado em 2012 pelo Laboratório de História Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina, o depoimento de um indígena exemplifica bem essa diferença:

— Para mim, eu nasci aqui no Brasil, eu nasci aqui no Paraguai. Mas, para você, eu nasci aqui no país Argentina. Para mim não, para mim não tem só um Paraguai. Tudo isso aqui é mundo Paraguai. Tudo é Paraguai, porque nós índios Guarani não temos bandeira, não temos cor. E para mim deixou tudo livre, não tem outro país. -, disse ele.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2014

Brasília, 6 de novembro de 2014.

A resistência às demarcações é comum quando se trata de terras indígenas. Em Santa Catarina, elas representam 77,7 mil hectares – menos de 1% do território do estado. Porém os indígenas estão na posse de 38 mil hectares, ou seja, nem a metade. São 25 terras e reservas ocupadas por mais de 10 mil Kaingang, Xokleng e Guarani; dessas, apenas as terras Xapecó e Toldo Chimbague estão homologadas.

A Constituição Federal ampara as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas de acordo com os usos, costumes e tradições dos povos, como as terras por eles habitadas em caráter permanente, utilizadas para as atividades agrícolas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessárias a sua reprodução física e cultural. A posse permanente declarada na Constituição é uma garantia do futuro de que as terras inalienáveis e indisponíveis são destinadas para sempre ao grupo, e não um pressuposto de ocupação efetiva no passado.



Coisa de índio

SÍTIO MIGALHAS, 05.11.2014

Seja no meio urbano ou na arte feita em ocas, inspirações e referências continuam sendo possíveis, mas reproduzir sem autorização continua sendo ilícito e limite entre tais referências deve ser observado caso a caso.

Em recente viagem ao Mato Grosso, para desenvolvimento de uma pesquisa de campo sobre grafismos indígenas, a designer Antonia Souza visitou a aldeia dos Kamayurás, no Alto Xingu, onde notou algo curioso e que lhe chamou a atenção, posteriormente relatado a seus advogados.

Ali acontecia o Kwarup, uma das mais importantes cerimônias do Xingu para homenagear e se despedir dos mortos, que são representados por toras de madeira com o mesmo nome. Os kwarups, presos ao chão, são pintados pelas famílias dos falecidos. Ao final, lançam-se os kwarups às águas para que as almas sejam libertadas, finalizando-se o período de luto.

O cacique anfitrião dos Kamayurás, junto de seu grupo, recebeu diversas outras etnias em sua aldeia. Por tradição, os integrantes de cada uma delas tinham seus corpos pintados com grafismos característicos, representando suas coletividades. Ao ver que alguns índios de diferentes etnias haviam feito desenhos iguais ou muito similares a dos Kamayurás, a irritação deles foi tremenda. Havia uma identificação com algo que não pertencia aos outros, uma apropriação não autorizada de elementos próprios tão intrinsecamente conectados aos Kamayurás. Quanto aos aspectos visuais, um plágio!

Antonia havia levado do mundo "dos brancos" amostras de grafismos usados na cidade, aplicados em estampas de roupa, papéis e artigos de decoração. Ao apresentar seus exemplos, em especial aqueles que eram visualmente parecidos aos desenvolvidos pelos moradores da aldeia, a indignação dos índios foi menor, talvez pela incompreensão do que aqueles suportes representavam, mas certamente porque não sentiram sua honra ofendida.

Voltando ao mundo que muitos não índios consideram civilizado, todo dia uma nova cópia é noticiada. É cópia de cordão, de sapato, de estampa, de layout. O autor, índio ou não, tem todo o direito de se sentir ofendido, de reclamar, de impedir cópias não autorizadas e o aproveitamento parasitário.

Ainda que haja algumas peculiaridades de proteção e forma de exploração previstas em lei, as criações do espírito, ou seja, aquilo que a mente humana puder criar e aplicar, são passíveis de proteção para todos. O Brasil e nada menos que outros 167 países são signatários da Convenção de Berna, que garante um padrão mínimo de proteção autoral ao redor do mundo,

CONT.



sem nem mesmo analisar as legislações locais específicas, inclusive, para os brasileiros, os artigos constitucionais aplicáveis e a lei de direitos autorais.

Vale destacar que para os índios, na forma de seu Estatuto, uma lei federal de 1973, todos os direitos e benefícios da legislação comum lhes serão aplicáveis sempre que possível, inclusive a capacidade de proteção de sua arte.

Sobre o direito moral do autor, é importante observar que ele está intrinsecamente conectado à sua criação, à sua honra, sendo, portanto um direito personalíssimo, que garante a possibilidade de reivindicar sua autoria. Junto dele vem a capacidade de exploração patrimonial, aspecto que pode ser objeto de transferência para terceiros, seja por licença, ou por cessão.

Para os índios, em razão de características sociais e antropológicas peculiares, em especial a ampla capacidade de identificação com a sua coletividade, normas excepcionais permitem que o direito do autor seja, de forma originária, um direito coletivo, sendo atribuído ao grupo. Desta forma, o grupo que poderá decidir sobre a forma de utilizar a obra, deterá direitos para protegê-la contra abusos de terceiros e deverá ser sempre reconhecido como criador.

Os índios, portanto, inclusive grupos étnicos de forma coletiva, poderão se insurgir contra o uso não autorizado de suas obras, como qualquer outro autor, e gozarão dos mesmos direitos, inclusive possibilidade de requerer a apreensão de materiais que reproduza criações de forma não autorizada e ingressar em juízo para obtenção de indenizações por danos patrimoniais e morais.

Inspirações e referências continuam sendo possíveis, sejam elas baseadas no urbano ou na arte feita em ocas. Reproduzir sem autorização continua sendo ilícito e o limite entre tais referências e a real infração deverá ser observada caso a caso.

Entre os brasileiros, índios ou não e todo o resto do mundo, continuaremos com o ímpeto da proteção de autoria em comum, pela simples semelhança de sermos pessoas.

*Alberto Esteves Ferreira Filho é advogado na área de Propriedade Intelectual do escritório TozziniFreire Advogados.

*Andreia de Andrade Gomes é sócia na área de Propriedade Intelectual do escritório TozziniFreire Advogados.



Índios e agricultores se enfrentaram por causa de desmatamento em Guaíra
SÍTIO RADAR BO, 05.11.2014

Aproximadamente 80 indígenas da aldeia Tekoha Y Hovy que fica localizada na saída da Vila Eletrosul em Guaíra, invadiram na manhã de ontem (04) uma área de aproximadamente um alqueire e meio de mata, que está sendo derrubada para a construção de um condomínio residencial. De um lado os índios defendendo a mata, o que para eles significa Tekoha. Eles querem evitar o desmatamento da área que fica próxima da aldeia.

Já do outro lado os agricultores que se mostraram estar com os ânimos bastante exaltados com o numero de invasões registrados neste ano na região de Guaíra e Terra Roxa. E no meio, para intervir e controlar a segurança, policiais militares da Rádio Patrulha, Batalhão de Fronteira e Guarda Municipal. Os índios num primeiro momento entraram em acordo com os agricultores que tiveram o vice-prefeito de Guaíra, Osmar Volpato, como líder nas negociações, eles definiram a saída da propriedade e a realização de uma reunião.

Tudo estava tranquilo e controlado, até que um grupo de agricultores soltou um rojão e, pressionou um grupo que ainda estava dentro da propriedade para sair, o barulho assustou os índios que estavam seguindo em direção a aldeia, neste momento um dos proprietários da área José Aparecido Correia, foi feito refém. O clima ficou tenso dos dois lados, agricultores portando facões e madeiras e os índios armados com arco, flecha e foices. A polícia teve que intervir e separar os grupos. Depois de toda a confusão os agricultores e os indígenas deixaram o local.

Fonte: Catve Marechal Rondon

Índios ajudam a frear aquecimento global, aponta relatório

SÍTIO BLOG DO PEDROSA, 05.11.2014

Florestas em terras indígenas abrigam 37,7 bilhões de toneladas de carbono em todo o mundo. Se fossem destruídas, o CO2 lançado ao ar superaria as emissões globais de veículos durante 29 anos. Por sorte, os índios têm sido mais eficazes do que qualquer outro grupo humano no combate ao desmatamento.

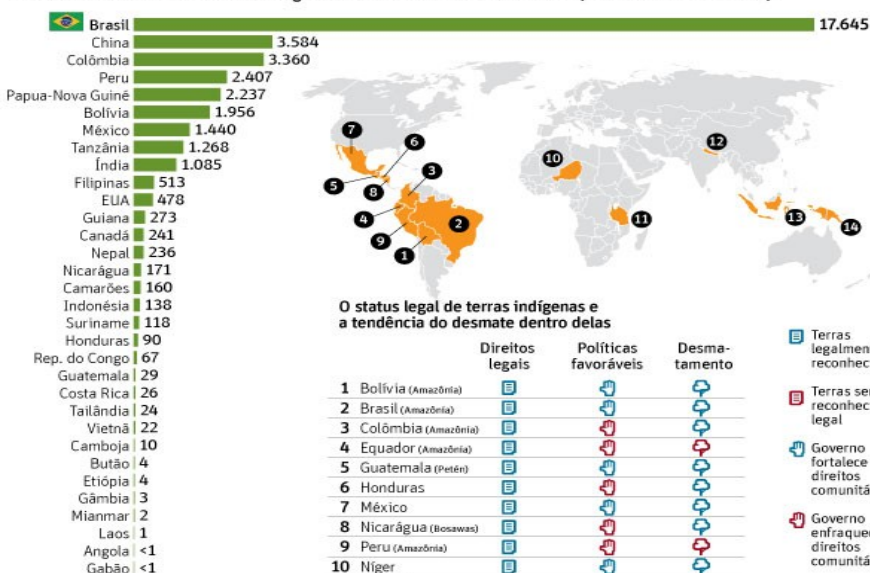
A estimativa está em um relatório divulgado nesta quarta-feira (23) pelas ONGs WRI (World Resources Institute) e RRI (Rights and Resources Initiative). Pesquisadores das duas entidades cruzaram os números de preservação florestal em terras indígenas e de povos tradicionais com dados da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) sobre biomassa de florestas. O levantamento foi feito em 2013.

Segundo o relatório, cerca de um oitavo da área de florestas tropicais hoje está dentro dessas áreas. Comparadas com florestas que estão fora da jurisdição de índios, as terras fora delas têm exibido uma taxa de proteção fraca.

SERVIÇO DE ARMAZENAGEM

Os gases de efeito estufa guardados em florestas comunitárias protegidas do desmatamento

Carbono armazenado em florestas indígenas ou de comunidades tradicionais (em milhões de toneladas)



Fonte: WRI/RRI/FAO

CONT.



Em alguns casos, como nas florestas do Yucatán, no México, áreas onde índios têm direito a explorar recursos naturais têm tido menos desmatamento do que reservas ecológicas designadas exclusivamente para proteção.

Na Amazônia brasileira, florestas fora de terras indígenas têm uma taxa de desmatamento 11 vezes maior. Nas matas guatemaltecas que abrigam descendentes dos maias, o grau de proteção é 20 vezes maior, e no resto do Yucatán é 350 vezes maior –índios são praticamente o único tipo de proteção ali.

Parte da razão para isso é que países em desenvolvimento, que abrigam a maior parte das florestas preservadas, muitas vezes não têm recursos para implementar a vigilância contra o desmate ilegal, seja dentro ou fora de unidades de conservação.

Muitas vezes, é melhor reconhecer o direito de comunidades indígenas à terra e lhes dar autonomia para administrar uma área do que transformá-la em reserva ecológica e contratar guardas.

"Quando esses povos têm autorização para criar suas próprias regras e tomar decisões sobre gestão de recursos naturais, são capazes de atingir uma boa governança com bons resultados ambientais", diz Jenny Springer, diretora de programas globais da RRI. Ela defende a criação de mecanismos internacionais para que tribos indígenas possam ser compensadas por sua contribuição à prevenção de emissão de gases-estufa.

A RRI se concentra em 14 países nos quais avaliou o status legal das terras habitadas por índios. Há algumas condições para que eles sejam capazes de protegê-las.

Na Indonésia, que não dá proteção jurídica à permanência de povos tradicionais em suas áreas, o desmatamento nessas terras ainda é intenso. O país tem licenciado partes de florestas habitadas por comunidades nativas a produtores de dendê.

O Brasil é citado no relatório como bom exemplo, com 31% das terras indígenas em florestas ricas em carbono. O documento não comenta, porém, a proposta de emenda constitucional 215, em debate no Congresso, que reserva ao Legislativo o direito de demarcar terras indígenas, dificultando o processo.



Mundurukus vão demarcar sua terra

SÍTIO CLIP NEWS, 05.11.2014

Os índios da tribo Munduruku divulgaram ontem uma carta na qual tecem críticas ao governo federal por não cumprir a promessa de demarcar e homologar a terra indígena Sawré Muibu, prometida desde 2001.

Hoje e amanhã os indígenas se reúnem com o governo, na cidade de Jacareacanga, mas os munduruku integrantes do Movimento Ipereg Agu, do Alto Tapajós, e da Associação Pahyhyp, do Médio Tapajós, não estarão presentes. "Só voltaremos a falar com o governo depois que a terra for demarcada e homologada", declararam.

Segundo os líderes indígenas a reunião fora acertada para a Aldeia Sai Cinza, mas o governo mudou o local da reunião em cima da hora. "Agora não temos tempo nem condições de rearticular a mudança". A carta destaca "a má fé do governo com o povo munduruku". No ano passado, o registro da terra já estava pronto e concluído o relatório para a delimitação, mas não foi publicado, o que motivou a intervenção do Ministério Público Federal.

"O governo não quer fazer a demarcação porque isso vai impedir as Hidrelétricas que eles querem fazer em nosso rio, chamadas de São Luiz do Tapajós e Jatobá", acrescenta o documento. "Já que o governo não quer fazer a demarcação, decidimos que nós mesmos vamos fazer. Começamos a fazer a autodemarcação e só vamos parar quando concluir nosso trabalho".



Além da falta de terra, os Guarany Kaiowá enfrentam também escassez de água
SÍTIO CIOMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.11.2014

Representante da Aty Guasu no CONSEA denuncia as violações sofridas por seu povo

Por Beth Begonha, Rádio Nacional da Amazônia

No momento em que o CONSEA realiza mais uma Mesa de Controvérsias sobre terras e territórios em Brasília (DF), os Guarany Kaiowá passam por novos problemas. Agora, além da falta de terra, o que gera escassez de alimentos, enfrentam também a falta d'água, principalmente em suas aldeias urbanas.

Nesta quarta-feira (05), o programa Amazônia Brasileira recebe Sílvia Ortiz, representante da Aty Guasu – Campanha Guarani no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Ele tem seguidamente denunciado as violações sofridas por seu povo. A maioria vive em pequenas áreas onde são constantemente ameaçados por pistoleiros e em situação de miséria. Nas aldeias urbanas, vivem como favelados e trabalham para os grandes produtores de cana da região, recebendo pagamento inferior aos demais empregados não índios, e tendo dificuldade de manter seu sustento. Com o crescimento populacional nessas áreas a falta d'água tornou-se mais uma ameaça à saúde dos Guarany Kaiowá.

Para outros grupos a situação é ainda mais grave e estes vivem “acampados” em barracas, em margens de rodovias esperando a demarcação de alguma terra para onde possam ir e viver em paz, o que infelizmente não tem acontecido, sendo que os que estão ocupando alguma área onde há mata, ainda que residual, têm sido constantemente assediados para sair. Mas sair para onde?

Recentemente a Comunidade de Pyelito Kue lançou carta aberta na qual avisa que se receberem ordem para sair da pequena área onde estão preferem ser mortos e enterrados lá mesmo onde estão, e consideram ser seu território tradicional. Na carta afirmam que ao invés de sair preferem que sejam enviados caixões para que sejam enterrados ali onde estão enterrados seus ancestrais.

Silvia Ortiz fala da importância do CONSEA e dessas rodas de debate e diz que providências urgentes precisam ser tomadas em relação a esse povo para respeitar os Direitos Humanos, e garantir sua integridade física dentro do estado do Mato Grosso do Sul.

Ao final da entrevista, Ortiz faz um apelo à sociedade para que se envolva na causa pedindo providências ao governo para que essa situação não venha se agravar ainda mais, já que nos últimos anos tem aumentado os casos de desnutrição infantil, morte de bebês e também os

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2014

Brasília, 6 de novembro de 2014.

casos de suicídio entre os jovens. No caso dos suicídios, ele alerta para a necessidade da criação de políticas de longo prazo que possam trazer perspectivas de futuro. Segundo o conselheiro, há anos os Guarany Kaiowá têm vivido de políticas emergenciais.

O programa Amazônia Brasileira vai ao ar de segunda a sexta-feira a partir das 08h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A apresentação é de Beth Begonha.

Ouçã a entrevista [aqui](#).



Brasil: 'desespero' Guarani após assassinato de líder

SÍTIO SURVIVAL INTERNATIONAL, 05.11.2014

Uma líder indígena foi morta no centro-oeste do Brasil, depois de lutar pela demarcação da terra ancestral de sua tribo.

Relata-se que a Marinalva Manoel, uma indígena Guarani de 27 anos, foi estuprada e apunhalada até a morte. Seu corpo foi encontrado ao lado de uma estrada no sábado.

No mês passado, a Marinalva viajou mais de 1.000 km até a capital, Brasília, com uma delegação de líderes Guarani, para instar que as autoridades demarquem suas terras ancestrais antes que mais dos seus parentes sejam mortos.

O Conselho Guarani, a Aty Guasu, através do qual os Guarani fazem suas demandas, divulgou uma carta pedindo que as autoridades investiguem o assassinato, e proclamando: "Chega de morte Guarani Kaiowá!"

Líderes Guarani são frequentemente atacados e mortos por pistoleiros contratados pelos fazendeiros que ocupam terras indígenas e ganham enormes lucros da cana de açúcar, soja e gado, enquanto os Guarani moram em reservas superlotadas e acampamentos nas beiras de estradas.

Sofrendo taxas alarmantes de desnutrição, violência e suicídio, às vezes os Guarani decidem reocupar pequenas partes de sua terra ancestral que foi roubada deles há décadas, e sem a qual não podem sobreviver. Sete comunidades que fizeram tais retomadas recentemente, incluindo a comunidade de Marinalva, agora enfrentam ordens de despejo que podem forçá-las a sair de sua terra novamente.

Eliseu Lopes, um líder Guarani disse à Survival, "Estamos lutando por nossa terra, e estamos sendo mortos, um por um. Eles querem acabar com nós... Estamos desesperados, mas não vamos desistir."

Comunidade Quilombola do Tambor é ameaçada de remoção do território tradicional no Amazonas

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 05.11.2014



Governo determinou a retirada das famílias sem consultá-las
(Foto: Elaíze Farias/AR)

ELAÍZE FARIAS, DE NOVO AIRÃO (AM)

À margem esquerda do rio Jaú, afluente do rio Negro, no Amazonas, uma faixa de terra delimitada em 719,8 mil hectares, que fica dentro do Parque Nacional do Jaú, é disputada há sete anos por famílias remanescentes de quilombos e o Ministério do Meio Ambiente.

Na faixa de terra está situada a tradicional Comunidade Quilombola do Tambor, local onde os casais Leopoldina e Jacinto de Almeida, Otília Maurícia e José Maria dos Santos e Severina Nascimento e Isídio Caetano, remanescentes de quilombos do Nordeste brasileiro, migraram entre os anos de 1907 a 1910. No Jaú, eles se estabeleceram na região do igarapé Paunini, área que nos anos seguintes passou a ser conhecida como "rio dos pretos".

A disputa no âmbito administrativo federal pela regularização fundiária do território tradicional entre os moradores da Comunidade Quilombola do Tambor e o Ministério do Meio Ambiente acontece desde 2006, quando a área foi reconhecida como de remanescentes de quilombolas pela Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultural.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2014

Brasília, 6 de novembro de 2014.

O Ministério do Meio Ambiente, por meio do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), contestou a regularização fundiária da comunidade, procedimento que veio logo após a certificação como quilombola e executado pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O MMA alega que o Parque Nacional do Jaú (PNJ) é uma unidade de proteção integral da fauna e da floresta, que exclui ocupação de populações humanas.

O Parque Nacional do Jaú foi criado pelo Decreto n.º 85.200, de 24 de setembro de 1980, em uma área de 2.272 milhões de hectares, como parte de uma política ambiental conservacionista.

Segundo pesquisadores, a criação do parque provocou a saída compulsória de centenas de famílias ribeirinhas que viviam à margem do rio Jaú. As famílias foram obrigadas a recomeçar a vida nas periferias de zonas urbanas do Amazonas. Apenas um pequeno grupo, incluindo as famílias quilombolas, resistiu no Parque.

Em março de 2014, o governo federal, por meio da Câmara de Conciliação da Advocacia Geral da União (AGU), determinou a remoção dos moradores, sem consultá-los.

A decisão está sendo questionada pelo Ministério Público Federal do Amazonas, que entrou na justiça contra a remoção das famílias do Tambor e exige a titulação territorial da comunidade por parte do Incra.

No Amazonas, são sete comunidades reconhecidas como quilombolas, incluindo o Tambor, no município de Novo Airão (a 180 quilômetros de Manaus). Cinco estão no município de Barreirinha (a 331 quilômetro de Manaus). São elas: Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Tereza do Matupiri e Trindade, reconhecidas em outubro de 2013. A mais recente é a comunidade do Barranco, em Manaus. Barranco foi certificada pela Fundação Cultural Palmares no final de setembro deste ano.

Entre os dias 13 e 17 de outubro, a reportagem da agência Amazônia Real viajou durante 24 horas de barco, pelos rios Negro e Jaú, da cidade de Novo Airão à Comunidade Quilombola do Tambor para relatar a história de resistência, os conflitos e incertezas da sobrevivência dos remanescentes dos quilombos no Parque Nacional do Jaú.

Clique nos links abaixo e leia as matérias desta reportagem:

[Tambor, o rio dos Pretos e a resistência dos remanescentes](#)
[Criação do Parque Nacional do Jaú causou saída de famílias ribeirinhas](#)
[Luta pela manutenção do Tambor uniu quilombolas e ribeirinhos do rio Jaú](#)
[Retirada de comunidade quilombola pode gerar dano social e cultural](#)
[ICMBio diz que comunidade quilombola compromete gestão do Jaú](#)
[AGU decidiu pela remoção da comunidade do Tambor](#)
[Antropólogo diz que negros encontraram a liberdade no Tambor](#)
[Bastidores da reportagem sobre a Comunidade Quilombola do Tambor](#)

CONT.



Infográfico: Victor Gabriel

*Esta reportagem especial faz parte do projeto "Amazônia Real – promovendo a democratização e liberdade de expressão na região amazônica" e recebe financiamento da Fundação Ford, por meio do programa "Promovendo Direitos e Acesso à Mídia".



São Paulo reconhece mais quatro quilombos no interior

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.11.2014

Com a medida, as famílias podem ter regularizada a situação das terras que ocupam, além de obterem outros direitos previstos na Constituição

Quatro comunidades do interior paulista serão reconhecidas como remanescentes de quilombos pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). Com a medida, as famílias podem ter regularizada a situação das terras que ocupam, além de obterem outros direitos previstos na Constituição.

O reconhecimento das comunidades de Engenho e Abobral Margem Esquerda, em Eldorado; Aldeia, em Iguape, e Bombas, em Iporanga, eleva para 32 os remanescentes de quilombos - comunidades ou vilas formadas por descendentes de escravos - oficiais no Estado.

Os novos núcleos, situados no Vale do Ribeira, têm baixa densidade populacional - são 86 famílias no total -, mas preservam manifestações culturais expressivas, segundo o diretor executivo do Itesp, Marcos Pilla. "Esse reconhecimento representa o resgate da cultura tradicional", afirmou.

A solenidade ocorrerá no próximo dia 16, durante a Feira Paulista de Assentamentos e Quilombos, no Parque da Água Branca, em São Paulo. As comunidades serão atendidas com os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) da Fundação Itesp, visando à geração de renda. Alimentos produzidos em quilombos podem compor a merenda escolar.

Inimputáveis: Justiça concede liberdade a indígenas que cometeram triplo assassinato no Amazonas

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 05.11.2014



Os cinco índios da etnia Tenharim acusados de assassinar três homens que viajavam pela Rodovia Transamazônica (BR-230), no Sul do Amazonas em dezembro de 2013, serão transferidos para a base Hi-Merimã da Funai. O local é usado como ponto de apoio para proteção de indígenas isolados. A transferência foi definida na última terça-feira (4) pelo Poder Judiciário amazonense e equivale a dar liberdade aos assassinos.

O juiz Jeferson Galvão de Melo, que responde pela 2ª Vara da Comarca de Humaitá, onde tramita a ação criminal, disse que, após analisar o pedido da defesa dos réus, definiu a base da Funai como novo local onde os índios permanecerão detidos. "A base fica em uma reserva indígena e são necessários percorrer sete horas de voadeira [pequena embarcação] de Lábrea até o local. Esse local é isolado, e a Funai tem essa base que serve para que outras pessoas não entrem contato com esses índios isolados", justifica o juiz.

Segundo o magistrado, a Funai deverá ser notificada sobre a decisão e ficará "responsável" de manter o grupo na base. A decisão judicial não prevê qualquer tipo de policiamento para o local.

"A transferência ficará cargo da Funai. Talvez demore mais uns dois dias. A lei permite que eles fiquem nessa situação. A decisão é baseada no parágrafo único do artigo 56 da Lei 6.0001/73 do Estatuto do Índio. O risco de fuga existe, mas não havia outra solução", diz o juiz.

O Questão Indígena avisou em fevereiro, nove meses atrás, que isso aconteceria. Veja [aqui](#).

Os índios Tenharins foram presos no dia 30 de janeiro deste ano. Desde então o Ministério Público Federal e os indigenistas fazem uma campanha para a libertação dos índios.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2014

Brasília, 6 de novembro de 2014.

Os assassinatos ocorreram em dezembro do ano passado, dentro de uma reserva da etnia Tenharim, situada às margens da Rodovia Transamazônica, em Humaitá.

Os indígenas são réus na ação criminal pelos assassinatos do vendedor Luciano Freire, do professor Stef Pinheiro de Souza e do funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador. As três vítimas desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013 e os corpos só foram encontrados em fevereiro deste ano durante uma mega-operação de buscas feita pelo Exército.

Norte Energia sinaliza terras indígenas das rotas Xingu e Iriri

SÍTIO NORTE ENERGIA, 05.11.2014

A Norte Energia iniciou nesta semana os serviços de sinalização de limites nas terras indígenas Apyterewa (etnia Parakanã), Araweté do Igarapé Ipixuna (etnia Araweté), Koatinemo (etnia Assurini), Arara (etnia Arara) e Kararaô (etnia Kayapó), localizadas nas calhas dos rios Xingu e Iriri, na área de influência da Usina Hidrelétrica Belo Monte. O trabalho beneficia diretamente uma população de cerca de 1.500 indígenas. Em 2013, atividade semelhante foi realizada na Terra Indígena Trincheira Bacajá (etnia Xikrin).

Autorizada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), a sinalização utilizará 50 profissionais especializados para serviços de agrimensura, cartografia e geodésia. Durante o procedimento serão fixadas às margens de igarapés, rios e linhas secas 393 placas indicativas de limites de terras indígenas e 207 marcos geodésicos.



Equipes de trabalho vão instalar placas indicativas e marcos geodésicos às margens de igarapés e rios
(Foto: Regina Santos/ Norte Energia)

“Esta é mais uma ação que visa a assegurar a conservação etnoambiental e garantir o usufruto exclusivo dos recursos naturais pelas comunidades indígenas, conforme seus usos, costumes e tradições”, destaca o presidente da Norte Energia, Duílio Diniz de Figueiredo. Definida pela Funai como Aviventação dos Limites das Terras Indígenas, a iniciativa é parte do Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

A Norte Energia já destinou R\$ 190 milhões para melhorar a qualidade de vida das comunidades indígenas da área de influência

do empreendimento. Entre as ações do PBA-CI destacam-se construção de casas de moradia em aldeias (de um total de 714, 313 foram concluídas); apoio a ações de saúde que garantiram a redução de 87% dos casos de malária em áreas indígenas entre 2011 e 2014; abastecimento de água nas aldeias (de um total de 34 sistemas, 13 foram concluídos, 16 estão em obras e cinco a iniciar); reconstrução e reforma de estradas de acesso às aldeias indígenas (do total de 470 quilômetros, 424 foram concluídos); construção de 34 casas de farinha; apoio à formação de professores indígenas e elaboração de material didático específico para cada etnia; construção e entrega à Funai da Casa do Índio em Altamira (com 33 quartos e área construída de 1.600 m²) para receber indígenas em trânsito na cidade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2014

Brasília, 6 de novembro de 2014.

Todas as ações desenvolvidas em áreas indígenas são pactuadas com os órgãos responsáveis e com a Funai. Em maio de 2014, o órgão indigenista assinou um Termo de Compromisso com a Norte Energia que define a forma de acompanhamento dos projetos – com participação de lideranças indígenas.

O documento tem vigência de 35 anos, mesmo prazo de concessão da Hidrelétrica. Em outubro foi realizada a Primeira Rodada de Reuniões dos Subcomitês de Gestão, criados para ampliar o diálogo entre Norte Energia, órgãos responsáveis, Funai e povos indígenas. As reuniões permitem que cada uma das etnias aponte suas necessidades, estabeleça calendários próprios e priorize projetos.



MPF processa prefeitura que deixou 600 indígenas fora da escola em MS.

SÍTIO CIDADE DOURADOS, 06.11.2014

O MPF-MS (Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul) entrou com uma ação civil contra a Prefeitura de Dourados pelo descaso com a educação indígena no município. De acordo com o documento, as escolas indígenas não atendem à demanda na cidade, de forma que as salas de aula estão superlotadas e cerca de 600 crianças estão fora da escola.

A ação de improbidade administrativa também responsabiliza o prefeito Murilo Zauith (PSB), que, segundo o MPF, tem "plena ciência da situação calamitosa pelo menos desde o ano de 2012". O documento é assinado pelo procurador Marco Antonio Delfino de Almeida.

Dados enviados pela Secretaria Municipal de Educação ao MPF mostram que só cinco das sete escolas indígenas possuem pré-escola. O número insuficiente de vagas deixa parte das crianças de cinco anos fora da sala de aula. Além disso, não existem creches para a população indígena com menos de cinco anos.

Ao todo, os dados colhidos pelo MPF apontam que das 3.700 crianças em idade escolar nas comunidades indígenas do município, quase 600 estão fora da sala de aula. De acordo com a ação, o número considerado "alarmante" fere o direito à educação garantido pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pela Constituição Federal.

Além da falta de vagas, muitos alunos que conseguiram concluir a matrícula estão em salas superlotadas. Das 30 turmas (vespertino e matutino) de ensino fundamental da escola Tengatui Marangatu, quase a metade tem mais alunos do que o recomendado.

A estrutura existente também é precária, com banheiros destruídos e salas com janelas quebradas. Quando chove ou faz muito calor (os ventiladores não funcionam) os alunos precisam estudar de forma improvisada na biblioteca ou no quintal da escola.

O desempenho das escolas indígenas do município também é preocupante. Enquanto a média da cidade de Dourados foi de 5,1 no Ideb 2013 (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), as escolas indígenas não ultrapassaram 3,0 na mesma avaliação.

Para solucionar os problemas encontrados, o procurador pede a imediata construção de cinco salas de aula na escola Tengatui Marangatu e a restauração da escola Francisco Ibiapina. A ação ainda prevê multa em caso de descumprimento e responsabilização direta do prefeito da cidade. A Justiça ainda vai julgar os pedidos do MPF.

Procurada pela reportagem, a Prefeitura de Dourados disse que não vai se manifestar, porque ainda não teve acesso ao processo.



Debate aponta para necessidade de ações para promover saúde dos povos indígenas
SÍTIO BLOG DILMA BR, 06.11.2014

De acordo com o censo 2010 do IBGE, o Brasil tem 817 mil índios. Desse total, 665 mil vivem nas aldeias. A maioria vive na Região Norte do país. Um dos maiores problemas enfrentados pelos índios é a saúde. Na III Conferência Nacional de Saúde Indígena, em 2011, constatou-se precariedade das condições de saúde, com taxas de morbimortalidade muito superiores às da população brasileira em geral.

Para tratar deste assunto, nesta quinta-feira (6), a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) realizou uma audiência pública sobre a situação da saúde indígena no Brasil. O encontro foi solicitado pelo deputado Geraldo Resende (PMDB-MS). A CSSF é presidida pelo deputado Amauri Teixeira (PT-BA).

Antônio Oliveira Apurinã, coordenador geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, alerta que por causa das monoculturas é grande a contaminação por agrotóxicos, causando doenças em crianças e adultos. Para ele, o governo tem dificuldades com a Funasa (Fundação Nacional da Saúde) e que faltam políticas sociais e principalmente de saúde.

“Vamos morrer à míngua. Ficamos doentes sem nem saber que doença temos”, afirma. Ele também destaca que as iniciativas voltadas à saúde dos índios, são decididas em gabinetes e, por causa disso, distantes da realidade.

Quase 50% das mortes são registradas entre menores de cinco anos de idade. As causas mais frequentes são doenças transmissíveis, principalmente infecção respiratória, parasitose intestinal, malária e desnutrição.

As principais causas dos óbitos na população indígena adulta, em 2003, foram externas, seguidas das doenças do aparelho circulatório, respiratório e as doenças infecciosas e parasitárias.

Rildo Mendes, Coordenador da ARPINSUL(Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul) , apresentou uma carta aberta à presidente Dilma Rousseff. No documento, criticam a política indigenista do governo que, de acordo com eles, desarticulou a Funai. Também destacou o racismo e preconceitos enfrentados pelos índios no sul do país.

Antonio Souza, secretário especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, ressaltou as ações do governo junto à população indígena. O Ministério conta com 19.770 funcionários ligados à questão indígena.

CONT.



O técnico destacou que o perfil epidemiológico dos povos indígenas é marcado por altas taxas de incidência e letalidade por doenças respiratórias, diarreicas, doenças imunopreveníveis, malária e tuberculose, cardiopatia, doenças hemofílicas, doenças renais e câncer.

No Acre, por exemplo, o IBGE divulgou um estudo que mostra que o nível de mortalidade de crianças indígenas é vinte vezes maior que o indicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é de três mortes para cada mil nascidos vivos.

“A falta de perspectivas tem levado os índios ao consumo de álcool e drogas. Esta situação acaba provocando ainda o suicídio, principalmente entre os jovens”, alerta.

O presidente da CSSF, deputado Amauri Teixeira lembrou que os problemas de saúde no país são os mesmos para toda a população. “O sistema de saúde está sobrecarregado. Temos que buscar formas de ter mais agilidade, estrutura e serviços específicos para a população indígena, por exemplo, no SUS”, ressaltou.

O deputado defendeu a criação da Universidade dos Povos Indígenas para formar mão de obra para a área. Além da criação de cotas específicas nas universidades para os índios. Amauri Teixeira afirmou ainda que vai entregar a carta lida na audiência pública, para a presidente Dilma Rousseff.

Assessoria CSSF

Fonte da Notícia: <http://www.ptnacamara.org.br/index.php/home/noticias/item/20397-debate-aponta-para-necessidade-de-aco-es-para-promover-saude-dos-povos-indigenas>



Vereador Dário Ramires busca melhorias para Te'yi'kuê
SÍTIO A GAZETA NEWS, 06.11.2014

Dário apresentou indicação endereçada à Secretaria municipal

O vereador Dário Ramires (PR) representante da Aldeia Indígena Te'yi'kuê - usou a tribuna recentemente para reivindicar vários serviços para sua comunidade indígena.

Dário apresentou indicação endereçada à Secretaria municipal de Serviços Urbanos, reiterando pedido para a substituição do transformador bifásico existente na unidade experimental da Aldeia Indígena Te'yi'kuê, por um transformador trifásico, a fim instalar a câmara fria para a conservação das sementes crioulas.

O parlamentar ainda solicitou ao chefe da Unidade da Enersul de Caarapó, para que envie profissionais à Aldeia indígena Te' yikuê, a fim de verificarem a rede de energia elétrica que estão com mal contato devido as árvores existentes nos locais.

"As redes estão sendo tomadas por sipós e galhadas o que oferecem riscos de acidente elétrico aos moradores da região, além disso, o fornecimento de energia pode ficar prejudicado" argumentou o vereador.

O vereador também cobrou a gerência da 5ª Residência Rodoviária (AGESUL) de Ponta Porã/MS, para que realize a manutenção das placas indicativas existentes na Rod. MS 280, que liga os Municípios de Caarapó a Laguna Carapã, passando pela Aldeia Te'ýikue, bem como providenciem a instalação de quebra molas nas proximidades das escolas da comunidade.

"Estamos sendo procurados constantemente por inúmeros usuários daquela rodovia, que tem reivindicado a manutenção das placas indicativas, visto que a maioria se encontra danificada. Vale lembrar que se faz necessário também a colocação de redutores de velocidade nas proximidades das escolas da Reserva, vez que é grande o número de alunos que cruzam a rodovia e muitos condutores de veículos, passam em alta velocidade pondo em risco a vida dos alunos e demais transeuntes que por lá trafegam – por isso ressaltamos a importância do atendimento desta indicação" concluiu Dário.

Fonte: Assessoria Câmara



Saúde indígena será tema de debate hoje em comissão

SÍTIO JORNAL BRASIL, 06.11.2014

A Comissão de Seguridade Social e Família promove audiência pública hoje, às 9h30, sobre saúde indígena. O deputado Geraldo Resende (PMDB-MS), que propôs o debate, ressalta que pouco se sabe a respeito do assunto, devido à precariedade das pesquisas e dos sistemas de informações sobre morbidade e mortalidade. "É fundamental aprimorar as fontes de dados, como os censos decenais", defende.

Resende ressalta a existência de aproximadamente 220 etnias, falando cerca de 180 línguas. "Qualquer discussão sobre a saúde dos povos indígenas precisa levar em consideração, além das dinâmicas epidemiológica e demográfica, a enorme sociodiversidade existente", diz.

Foram convidados:

- o secretário especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antonio Alves de Souza;
- o coordenador-geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Antonio Marcos Apurinã;
- o coordenador da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul), Rildo Mendes;
- o coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (Arpipan), Ramão Vieira de Souza Terena.

O debate será realizado no plenário 7.

Fonte: Agência Câmara Notícias



Guerrilheiros das Farc matam índios e atacam oleoduto na Colômbia

SÍTIO GLOBO.COM, 06.11.2014

*Dois indígenas foram mortos por terem removido cartaz de ex-líder.
Oleoduto de Transandino teve fluxo interrompido após ataque.*

Guerrilheiros das Farc mataram dois indígenas de uma comunidade no sudoeste da Colômbia na quarta-feira aparentemente por terem removido um cartaz em homenagem à morte do ex-líder da guerrilha Alfonso Cano na região há três anos, informou a polícia.

Os indígenas foram mortos em Toribio, na província de Cauca, no que supostamente foi uma revanche pela remoção da homenagem ao ex-líder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) que morreu na região em uma operação do Exército em 2011.

"Um ataque contra a população indígena é lamentável e condenável. O governo condena fortemente esse ato indescritível que não contribui em nada com a paz no país", disse o ministro do Interior, Juan Fernando Cristo, em comunicado.

A morte de Cano foi exaltada pelo então presidente Juan Manuel Santos como uma das maiores perdas já sofridas pelo grupo rebelde, que um ano depois iniciou uma negociação de paz com o governo. As conversas para encerrar o conflito de 50 anos, que já deixou mais de 220.000 mortos, ainda estão em andamento.

Apesar de as Farc terem acabado com os sequestros em busca de resgate, que eram amplamente utilizados pelo grupo, a guerrilha prometeu continuar atacando tropas do governo mesmo durante as negociações de paz até que seu pedido por um cessar-fogo bilateral seja atendido, o que foi descartado pelo governo.

Separadamente, o Exército da Colômbia disse que um trabalhador foi morto ao pisar em uma mina terrestre enquanto tentava consertar o oleoduto Transandino, na província vizinha de Narino, que foi alvo de ataque das Farc na quarta-feira, provocando a interrupção no fluxo de petróleo.

O duto de 306 quilômetros e com capacidade para 48.000 barris por dia leva petróleo de vários campos no sul do país para um porto na costa do Pacífico, de onde são realizadas as exportações da Colômbia para a Ásia.



Museu lança livro com tema indígena

SÍTIO BEM PARANÁ, 06.11.2014

O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR) lança amanhã, às 18 horas o kit "Jaguareté: O Encontro", um material lúdico-pedagógico voltado para o público juvenil, especialmente para alunos e professores do Ensino Médio. O evento, que acontece no Auditório do Departamento de Comunicação da UFPR (DECOM) será aberto ao público com a apresentação do concerto de música indígena "Anhangá - Espírito da Natureza" do Quarteto Líberi do Coro da UFPR.

O material, produzido no Museu sob o selo da Editora UFPR, busca contribuir para o cumprimento da Lei 11.645 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no Ensino Médio e Fundamental. De acordo com Fábio Marcolino, responsável pela idealização e produção cultural do projeto, este RPG — "Role Playing Game", traduzido como "Jogo de Interpretação de Personagens" — é uma maneira de se ensinar sobre culturas indígenas brincando: "no RPG, você não tem vencedores nem perdedores, o objetivo é criar uma história em conjunto com outras pessoas.

Cada jogador interpreta um personagem regido por um jogador-juiz, o Mestre/Narrador". No caso do jogo desenvolvido pelo MAE-UFPR, os jogadores têm condições de se imaginar como um Tupinambá, um Guaianá ou um conquistador Europeu daquela época, vivenciando seu cotidiano, seus conflitos e também as cosmologias e mitologias desses povos. "Ao interpretar no jogo um indígena, o jogador é levado a pensar como tal: ele passa a conhecer melhor o outro. Certamente, um exercício de alteridade e cidadania — ao colocar o aluno em contato com a riqueza das culturas ameríndias, você o leva a se aproximar do seu universo, quebrando preconceitos", explica Marcolino.

O RPG "Jaguareté: O Encontro" é fruto de extensa pesquisa etno-histórica orientada pela chefe da Unidade de Etnologia do MAE-UFPR e professora do Departamento de Antropologia da UFPR (DEAN-UFPR) Laura Perez Gill e pela historiadora do MAE-UFPR Bruna Marina Portela. Trata-se de um jogo de interpretação de papéis ambientado no período do primeiro contato entre os europeus e os povos nativos ocupantes do território que viria a ser chamado de Brasil. Mas, diferente de outros RPGs que já abordaram o assunto, o material produzido pelo Museu inova por focar a visão de mundo das etnias indígenas que aqui viviam.



Projeto baiano se destaca entre vencedores do Prêmio Finep

SÍTIO PORTAL A TARDE, 06.11.2014

O programa baiano Thydêwá Upínã, de protagonismo tecnológico, comunicativo e político dos índios, foi o ganhador do Prêmio Finep de Inovação, na categoria Tecnologia Social da Região Nordeste.

A inovação permitiu que mais de quatro mil indígenas de várias etnias escrevessem 18 livros, interagindo com o público por meio de três milhões de visitas na internet e um milhão de contatos diretos.

O projeto foi o único da Bahia a receber a premiação este ano. A primeira etapa, que é a regional, ocorreu nesta quarta-feira, 5, no Theatro Municipal, no Rio de Janeiro. No total, foram 26 ganhadores, entre os 561 inscritos, que agora concorrem à final nacional, a ser realizada em Brasília ainda este ano.

Segundo o presidente da Thydêwá, Sebastian Gerlic, os livros integram a coletânea Índio na visão dos índios, são usados nas aldeias participantes e nas escolas, além de divulgados ao público gratuitamente. "A ideia do projeto era tornar o índio protagonista e autor da própria história", explicou. A ONG ainda produziu DVDs, CDs, programas, ações e campanhas.

Glauco Arbix, presidente da Finep, destacou o crescimento das empresas inscritas em relação a 2013. Este ano, houve aumento de 57% das pequenas empresas, 92% das médias e 13% das grandes.

Em 2014, serão de R\$ 100 mil a R\$ 500 mil para os primeiros colocados regionais e nacionais por categoria, totalizando cerca de R\$ 8 milhões. O projeto baiano ganhou R\$ 200 mil.



Povo Mamaindê protesta contra mortes nas aldeias por desassistência da Sesai e se diz contra criação do INSI

SÍTIO CIMI, 06.11.2014

Integrantes de aldeias do povo Mamaindê protestaram durante esta quarta-feira, 5, no município de Vilhena, sul de Rondônia, divisa com o Mato Grosso, contra o que denunciam como desassistência da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) na região, ocasionando a morte de crianças e adultos por H1N1, diarreia e falta de tratamento adequado para doenças que demandam procedimentos de alta complexidade, caso do câncer.

Os protestos deram conta também do rechaço do povo aos investimentos da Sesai para a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI). Em carta divulgada no final da tarde desta quarta, os Mamaindê afirmam que a iniciativa é "um desrespeito à nossa luta histórica por um subsistema de saúde diferenciado, garantido, sobretudo, pela Constituição de 1988 e pela Lei Arouca".

Leia a carta na íntegra:

Nós, povo Mamaindê, vimos a publico denunciar a situação de violência que vem sendo vítima o nosso povo, com as constantes mortes ocorridas em nossa região, decorrentes de H1N1, onde quatro crianças morreram vítimas desta enfermidade. Segundo a Sesai, elas foram imunizadas com a vacina aplicada em toda a população. Apresentamos ainda a morte de crianças por diarreia, pneumonia e por último a morte de nossa parente, com tumor no cérebro.

Estamos cansados do descaso da Sesai com a saúde de nosso povo. Até hoje não temos nenhum meio de comunicação com o polo base que presta atendimento nas nossas aldeias. Não temos radiofonia e nem celular, para que possamos nos comunicar entre nós e o polo base, para avisar os casos de emergências. Quando levamos com a nossa viatura, nos dizem que temos que esperar os horários de atendimento e somos obrigados a levar para o hospital, por nossa conta.

Quando chegamos na portaria da Casai de Vilhena, somos mal atendidos, porque viemos em nossa próprias viaturas e não nos devolvem o combustível. Temos que tirar do nosso bolso dinheiro para remédios, exames e combustíveis, quando trazemos os pacientes e muitos outros casos.

A equipe móvel não está fazendo o atendimento de nossas aldeias, ficamos sem a equipe dos médicos e atendimento técnico em nossas aldeias. Só temos o nosso Agente Indígena de Saúde (AIS), que trabalha sem nenhuma condição e poucos medicamentos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2014

Brasília, 6 de novembro de 2014.

Exigimos que todos estes pedidos sejam atendidos e que a Sesai seja fortalecida, para poder nos atender em nossas necessidades. Por isso, nós do povo Mamaindê repudiamos a ideia do governo em acabar com a Secretaria de Saúde indígena (Sesai), com a estratégia de terceirização e privatização da saúde indígena e que isso fere diretamente o nosso direito indígenas ao sistema de saúde específico e diferenciado, ligado ao Sistema Único de Saúde.

Nós, povo Mamaindê, consideramos a proposta do governo como um desrespeito à nossa luta histórica por um subsistema de saúde diferenciado, garantido, sobretudo, pela Constituição de 1988 e pela Lei Arouca.

O próprio Ministério Público Federal se posicionou contra o INSI (Instituto Nacional de Saúde Indígena) e nós concordamos com esse posicionamento porque a proposta segue sendo contrária às nossas propostas para a saúde indígena e de controle social, conquistadas sofredamente pela nossa luta no passado.

Ressaltamos que a nossa proposta é de fortalecimento da Sesai, pois ela é conquista nossa e não vamos permitir que tirem de nós tudo que conquistamos.

Exigimos mais diálogo e não aceitamos que apenas pessoas que administram os distritos tenham possibilidade de se manifestar. Não fomos consultados, não fomos convidados para tratar do tema.

Reafirmamos que somos contra o INSI e a favor do Subsistema de Atenção Diferenciada. Queremos uma Sesai fortalecida e não destruída por uma proposta que quer, a transferência das obrigações pela assistência à saúde para terceiros. E nós sabemos que nisso tudo há interesses econômicos, pois os recursos disponibilizados para a atenção à saúde aumentaram significativamente nos últimos anos, sem que estes recursos tenham melhorado a situação nas aldeias.

Nós povo Mamaindê exigimos respeito e diálogo. Queremos melhor atendimento. Chega de mortes no nosso povo. Nós somos contra o Instituto Nacional de Saúde Indígena.

Pedimos providências urgentes.

Vilhena, 05 de novembro de 2014.



Líder indígena é assassinada após participar de protesto no STF

SÍTIO BEM PARANÁ, 06.11.2014

Dezesseis dias depois de voltar de um protesto em Brasília diante do STF (Supremo Tribunal Federal), a líder kaiowá Marinalva Manoel, 27, foi assassinada a golpes de faca em Dourados (MS). O corpo foi encontrado na madrugada de sábado (1º), às margens da BR-163. Mãe de dois filhos, ela pertencia à comunidade Ñu Porã, um conjunto de barracos de lona onde moram 28 famílias kaiowás. Eles reivindicam cerca de 1.500 hectares, quase todos ocupados por uma empresa de cultivo de grama.

A área, embora em processo avançado de demarcação, também sofre pressão de fazendas vizinhas e até de um projeto de loteamento, já que está bem próxima do casco urbano. Segundo o cacique Valdemir Cáceres, 45, o principal suspeito do assassinato é o namorado de Marinalva, que tem ligações com fazendeiros da região. "Ela é companheira de luta", afirmou, por telefone. A Polícia Civil investiga o caso.

Confinada em pequenas terras indígenas superpovoadas ou em acampamentos à beira de estradas, a população guarani-Kaiowá de Mato Grosso do Sul, de cerca de 50 mil habitantes, é a que mais sofre com violência entre as etnias brasileiras. Dos 97 homicídios de indígenas registrados no país no ano passado, 39 (40%) ocorreram no Estado, segundo números do Ministério da Saúde. Outro problema comum entre os indígenas da região é o suicídio: 73 casos no ano passado, quase metade dos 115 registrados em todo país.

Entre os dias 13 e 16 de outubro, Marinalva e outros 44 índios guaranis-kaiowás viajaram de ônibus a Brasília. Ali, acamparam diante do STF e se reuniram com procuradores do Ministério Público Federal contra uma decisão da 2ª turma que ameaça reverter a demarcação de terras indígenas identificadas pela Funai (Fundação Nacional do Índio) em Mato Grosso do Sul e em outros Estados. A decisão, ainda não ratificada pelo plenário, anula a demarcação da terra indígena Guyaroká, em Caarapó (MS), sob o argumento de que a Funai não pode demarcar terras indígenas caso não houvesse índios ocupando a área em 1988, ano da promulgação da Constituição.

O temor dos indígenas é que uma decisão desfavorável criará jurisprudência para outras demarcações. Uma delas é a própria Ñu Porã, onde os kaiowás ocupam apenas uma franja há 44 anos, embora estudos antropológicos tenham identificado toda a área como ocupada tradicionalmente pela etnia.

No último dia 31, o procurador-geral da República recorreu da decisão do STF, sob o argumento de que os guaranis-kaiowás foram expulsos de suas terras antes da promulgação da Constituição e que, portanto, "há de ser relativizada a orientação quanto à referência

CONT.



temporal de 1988". "O mais absurdo dessa decisão do STF é que ela acontece poucas semanas antes da divulgação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade. A psicanalista Maria Rita Kehl, encarregada de cuidar dessa questão das violações de direitos praticadas contra os povos indígenas no período 1946-88, pôde constatar que a remoção forçada das comunidades guaranis-kaíowás foi uma política oficial do Estado brasileiro em todo esse período.

Há numerosos exemplos em que as comunidades foram retiradas de seus locais de ocupação tradicional pelo próprio SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e, depois, pela Funai", afirma o antropólogo Spensy Pimentel, da Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana). "Como é que o STF quer definir a impossibilidade de uma comunidade ter o direito a sua terra baseando-se na ideia de que o grupo não estava no local em 1988, quando ela foi retirada dali à força pelo próprio Estado anos antes?", completou Pimentel.



Indígena acusada de bruxaria é queimada viva no Paraguai

SÍTIO globo.com, 06.11.2014

*Mulher de 45 anos foi amarrada e atingida por flechas antes de morrer.
Nove homens locais foram acusados pelo crime.*

Uma mulher indígena acusada de praticar bruxaria e foi atingida por flechas e queimada viva em seguida por membros da etnia Guarani-Mbya em uma aldeia no norte do Paraguai.

Segundo as autoridades locais, Adolfina Ocampos, de 45 anos, foi sentenciada à morte pelo cacique da comunidade Tahehyí, que fica 290 km ao norte de Assunção, na semana passada.

A mulher foi amarrada e ferida com flechas de madeira. Ainda viva, foi queimada em uma fossa com lenha incendiada.

A polícia local indiciou nove homens da aldeia por homicídio doloso e privação ilegítima de liberdade. Eles admitiram o crime, segundo a polícia.

A agência estatal de proteção aos povos de origem emitiu um comunicado na qual esclarece que "apesar de os indígenas serem regidos pelo direito consuetudinário, suas ações não podem violar as garantias constitucionais de respeito à vida e à liberdade das pessoas."

Quilombos de Alagoas entra em cartaz na Estação Ferroviária de Maceió

SÍTIO ALAGOAS 24 HORAS, 06.11.2014



Autorretrato monta exposição fotográfica

Fotografias de adolescentes das comunidades quilombolas de Bom Despacho (Passo de Camaragibe), Palmeira dos Negros (Igreja Nova), Cajá dos Negros (Batalha) e Sabalangá (Viçosa) serão exibidas na exposição do projeto Autorretrato Nordeste – Quilombos de Alagoas, em cartaz entre os dias 10 e 20 de novembro, das 8h às 17 horas, no Espaço Cultural Trilhos Urbanos da Estação Ferroviária do Centro de Maceió, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

Cerca de cem fotografias estarão espalhadas em grandes painéis, que conta com imagens dos bastidores e dos fotógrafos. O trabalho é resultado das oficinas com câmeras digitais realizadas nas comunidades entre os meses de março e agosto desse ano. Além de conferir o acervo, o público poderá enviar cartões postais para amigos e parentes que estão em outros estados ou países gratuitamente, por conta do projeto.

A expectativa é receber dez mil visitantes por dia, além dos fotógrafos e pessoas das comunidades, que estarão presentes para prestigiar a mostra. O período da exposição foi programado em homenagem ao mês da consciência negra, que tem o dia 20 de novembro como data simbólica da luta pelo fim da escravidão no Brasil e da resistência dos quilombos alagoanos, liderados por Zumbi dos Palmares.

Nas imagens, características culturais como grupos de folguedos de baianas, guerreiro, músicos de instrumentos tradicionais, a exemplo da sanfona e da banda de pífano. A economia é apresentada pela produção artesanal a partir da palha e da agricultura, no cultivo de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 200/ 2014

Brasília, 6 de novembro de 2014.

alimentos e produção leiteira. Entre as pessoas da comunidade, a presença marcante das benzedeiras, das crianças, os patrimônios materiais e a natureza encontrada nessas localidades situadas nas regiões do Litoral, Sertão, Baixo São Francisco e Zona da Mata no Estado.

Em sua terceira edição, o projeto foi premiado no edital Funarte Cultura Negra do Ministério da Cultura. Para maiores informações, acesse o site do projeto pelo endereço eletrônico www.retratonordeste.com.

Serviço: Exposição Autorretrato Nordeste – Quilombos de Alagoas

Local: Espaço Cultural Trilhos Urbanos da Estação Ferroviária do Centro de Maceió (Centro)

Período: De 10 a 20 de novembro de 2014

Horário: Das 8h às 17 horas

Entrada: Gratuita

Informações: www.retratonordeste.com

Fonte: Assessoria



Sebastião Salgado diz que se 'sentiu natureza' em expedições fotográficas

SÍTIO GLOBO.COM, 06.11.2014

*'Genesis' entra em cartaz no MON, em Curitiba, a partir desta quinta (6).
'Rodei o planeta todo buscando o que tem de protegido', afirmou.*

Duzentas e quarenta e cinco imagens foram selecionadas para representar oito anos de trabalho do fotógrafo Sebastião Salgado ao redor do mundo. "Genesis" traz registros de 32 viagens com temas como montanhas, desertos, floretas, tribos, aldeias e animais. A mostra pode ser conferida em Curitiba, no Museu Oscar Niemeyer (MON), a partir desta quinta-feira (6). Com curadoria de Lélia Wanik Salgado, a exposição segue em cartaz até 15 de março. "Rodei o planeta todo buscando o que tem de protegido", afirmou Sebastião Salgado.

O objetivo do fotógrafo com "Genesis" é mostrar ao público ambientes que ainda não foram atingidos pela vida moderna e que continuam intactos na natureza. "Isso aqui é uma espécie de balanço do planeta. Isso que está aqui representado, com essas fotografias, é o que nós temos obrigatoriamente a necessidade de proteger – não só pro planeta, mas para a nossa espécie", afirmou Sebastião Salgado em entrevista coletiva concedida.

O fotógrafo conversou com a imprensa sobre a exposição e também abordou outros temas que vão além da fotografia como a falta de água em São Paulo. Ele ressaltou a necessidade de reconstruir o que foi destruído na natureza pela humanidade e enfatizou o valor das culturas indígena e africana.

Sobre as viagens que frutificaram "Genesis", Sebastião Salgado foi enfático: "Chorei de emoção em me sentir parte desse planeta, me sentir natureza". Ele disse que o que mais incomodou durante a jornada foi perceber que as fronteiras das partes do planeta ainda protegidas estão sendo reduzidas. Contudo, o fotógrafo relatou uma boa nova. "Temos uma boa notícia: 46% do planeta está dessa forma [pura], que essas fotografias representam. Nós descobrimos uma boa metade, ainda temos quase uma metade. E, essa metade, lógico que a gente tem que proteger".

Culturas indígena e africana

Sebastião Salgado criticou a falta de respeito com que a sociedade trata os índios. Para ele, as culturas indígena e africana foram "as que mais fizeram" pelo povo brasileiro. "Foi a base do Brasil", definiu ao levar em consideração que, após a chegada dos portugueses, à época do descobrimento, a nação foi "multiplicada" pelos indígenas primeiramente e, depois, pelos africanos. "Só vieram homens portugueses em 1500. As primeiras mulheres portuguesas vieram 50 anos depois e eram só cinco. Então a maior contribuição racial brasileira é indígena e africana", disse.

CONT.



As mulheres mursi e surma são as últimas mulheres do mundo a usar discos para estender os lábios. Dargui, povoação mursi no Parque Nacional Mago, perto de Jinka, Etiópia, 2007 (Foto: Sebastião Salgado / Amazonas Images)

“Nós devemos respeito à cultura indígena e nós não respeitamos. Nós achamos que é terra demais para pouco índio. Não é verdade. Aquilo é terra da União, de todos nós, e os índios são guardiões. E olha, o que tem de área verde no Brasil ainda preservada, se você olhar direitinho, são as reservas indígenas. Nós temos que agradecer muitíssimo a essa preservação e temos que respeitar profundamente essa cultura”.

Preservação da natureza

Sebastião Salgado também abordou o cuidado com o meio ambiente. “Nós dependemos muito da preservação e temos obrigação de reconstruir um pedaço do que destruímos. Destruímos muito. Em um país como o Brasil, nós utilizamos um terço de terras que foram recuperadas à natureza. Os outros dois terços estão abandonados porque as terras estão degradadas”.

O fotógrafo usou o que acontece hoje em São Paulo como um exemplo do reflexo da destruição da natureza pelo homem. “Uma falta de água tremenda e está todo mundo esperando chover para encher os reservatórios. Reservatório não tem que ser enchido por água de chuva, tem que ser enchido por água de rio. É que nós não temos mais rio. Nós matamos os rios. Nós destruímos todas as árvores em torno das fontes de água, destruímos as matas ciliares, e hoje os rios não têm mais água. Então, estamos num momento dramático”, pontuou.

Depositário do futuro

Engajado, Sebastião Salgado defendeu os museus como depositários para gerações futuras – tanto que anunciou a doação de cinco obras da exposição para o acervo do MON. “Aqui [museu] é um pedaço da nossa história. O que estiver aqui dentro guardado e for mostrado

CONT.



para as gerações daqui cem, duzentos anos, conta um pedaço da história desse momento. Então, nós tínhamos que ter essa preocupação de guardar uma parte de recursos para obras de arte. Como as coisas não acontecem assim no Brasil, nós doamos com um prazer imenso para entidades públicas, para que sirvam para todos”.

Seções temáticas

A mostra é dividida em cinco seções temáticas: Planeta Sul, Santuários, África, Terras do Norte, e Amazônia e Pantanal. “Genesis” já passou por São Paulo, Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Fora do Brasil, a exposição esteve em cartaz em países como Suíça, França, Itália, Inglaterra e Canada. Em 2015, China, Coreia, Alemanha e Portugal vão receber a mostra.

“Genesis” é o terceiro mergulho de longa duração, na obra de Sebastião Salgado, em questões globais. “Trabalhadores” (1986-1991) e “Êxodos” (1994-1999) retrataram as consequências das radicais mudanças econômicas e sociais sobre as vidas humanas.

Serviço

O Museu Oscar Niemeyer fica na Rua Marechal Hermes, nº 999, no Centro Cívico. Os ingressos custam R\$ 3,00 (meia-entrada) e R\$ 6,00 (inteira). Menores de 12 anos e maiores de 60 anos têm entrada gratuita. O museu funciona de terça-feira a domingo das 10h às 18h.

Na abertura da exposição, às 19h desta quinta-feira, o museu ficará aberto até as 20h e não será cobrada entrada dos visitantes. Também nesta quinta-feira, Sebastião Salgado dará uma palestra no Centro de Convenções de Curitiba, às 16h30, com entrada franca. A capacidade é para 1.300 pessoas. O espaço fica na Rua Barão do Rio Branco, nº 370, no Centro.



Na região da bacia do Xingu, estado de Mato Grosso, um grupo de indígenas waurá pesca na lagoa Piyulaga, perto de sua aldeia. Mato Grosso.
(Foto: Sebastião Salgado/Divulgação)